A • Io
caderno • quarta-feira, 17/6/87 QIQ Politica JORNAL DO BRASIL

Covas diz que propostas refletem média do plená

J L J. i ^ ^ Arquivo — 19/06/86 -1 -

VI

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Consti-
tuinte, senador Mário Covas, acha que os relató-
rios votados nas comissões temáticas no último
fim de semana expressam a média das opiniões e
tendem a prevalecer no plenário. Ele abre
apenas duas exceções: os substitutivos da Or-
dem Económica e da Ordem Social. Para ele, a
proposta da primeira comissão está aquém da
posição predominante na Constituinte e a da
segunda foi além.
O discreto otimismo de Covas não é com-
partilhado, porém, por seus aliados na maioria
das batalhas travadas até domingo passado. "Se
predominar no final o que foi aprovado até
agora, vamos ter uma Constituição mais atrasa-
da que a dos militares", disse o líder do PDT,
deputado Brandão Monteiro (RJ). "Corremos o
risco de ter uma Constituição que representará
um retorno até em relação à Constituição de
1946", acha o líder e presidente nacional do PT,
deputado Luís Ignácio da Silva, Lula.

Doi s terços — Para o deputado Harol-
do Lima (PC do B-BA), o que foi aprovado até
agora, de um modo geral, é muito ruim. "Do
ponto de vista económico, é entreguista; do
ponto de vista agrário, é pró-latifundiário; do
ponto de vista político, é antidemocrático".
Contrastando com o pessimismo de Lula,
Brandão e Lima, o líder do PFL, deputado José
Lourenço, que colidiu com Covas em diversas
comissões, não escondia a satisfação. "Está
evidenciado o que sempre disse: o centro é a
maioria da Constituinte e vai prevalecer nela".
Ele previu que os moderados — representados

pela aliança de parte do PMDB com o PFL, o
PDS, o PTB, o PL e o PDC — chegarão às
votações finais com dois terços dos constituintes.
O deputado Roberto Freire, líder do PCB,
avalia que até agora predominou a radicalização
e acusou "os setores reacionários de buscarem
deliberadamente o confronto para provocar,
mais tarde, a instabilidade das instituições".
"Na Ordem Económica, por exemplo, o
grupo dos latifundiários manteve uma posição
intransigente, enquanto os setores ligados ao
empresariado urbano, como o Guilherme Afif
Domingos e o Albano Franco queriam negociar
mas tiveram de se submeter. Acabou que a
UDR deu a,tónica", disse Freire, que ainda está
otimista. "É evidente que não há uma maioria
progressista, mas é possível ter uma maioria
democrática e não conservadora na Consti-
tuinte".
Primeiro "round" — Para o líder do
PDS, deputado Amaral Netto (RJ), ninguém
pode cantar vitória ainda dentro da Constituin-
te. "Isso aqui é uma luta de boxe em seis rounds,
onde ninguém vence por nocaute e só o último
round conta pontos. O que vai valer é o plená-
rio". Amaral, que tem fama de ser radical, está
preocupado agora com a possibilidade da radica-
lização acabar dando origem a uma Constituição
aprovada por estreita maioria. "Se isso aconte-
cer, será uma Constituição suspeita", disse.

Editorial

Equívoco Histórico Imara

•MWliii1

! 11 i niiyi i i li muni i| """•• '"

Nesta luta de boxe, ninguém vence por nocaute

ri

País terá

instituições
mais fortes
João Gilberto

Para muitos, avançou-se pouco; há
até quem diga que a Constituição de 67
é melhor... Para outros, já está de-
mais, muita coisa pensada para um
país irreal, não adaptável ao Brasil.
Este, o rescaldo dos ensaios gerais que
a Constituinte tem feito até agora, na
tentativa de montar um projeto para
ser discutido, emendado e votado.

Mas como está esse projeto?
Impasses à parte, levando-se em
conta que até agora tem havido medi-
ções de força, radicalizações pulveriza-
das e generalizadas, reunindo as peças
diferentes elaboradas pelas comissões,
tem-se um país interessante.

Se tudo o que está aí, por enquan-
to apenas para a montagem de um
projeto, for realmente aprovado, as
instituições brasileiras passarão a ser
muito mais participativas. O instru-
mental a respeito e grande, desde a
previsão de consultas na elaboração
dos planos municipais, até a inciciativa
legislativa para certo número de cida-
dãos, o mandado de segurança coleti-
vo, o plebiscito, a inconstitucionalida-
de por omissão do poder público etc. O
cidadão terá mecanismos mais eficien-
tes para manifestar a sua opinião e
para fazer valer a sua condição de
cidadania. Os seus direitos estão acau-
telados e garantidos.

De outra parte, o Judiciário e o
Legislativo revitalizam-se. A Justiça,
pelo papel mais acentuado de velar
pela Constituição e por ser acionada
através de vários mecanismos em face
da constitucionalidade ou não dos atos,
leis e normas. Também, pela sua aber-
tura na base e pela pluralizaçáo dos
Tribunais Federais Regionais. O Le-
gislativo passa a ser o poder central do
ponto de vista político, através de um
sistema de governo fortemente in-
fluenciado pelo Parlamentarismo da
decisão em planos e obras. Suas comis-
sões são apontadas como veículos de
uma maior eficiência.

Os estados e municípios ganham
novas atribuições e melhoram suas
receitas, ainda não na proporção que
desejavam. Ao lado dessa descentrali-
zação executória dos planos nacionais,
há a nota que poderia ser referida
como contraditória do robustecimento
da União em áreas que o desenvolvi-

mento está exigindo. É o caso da
competência federal para legislar sobre
princípios gerais urbanísticos, diante
do desafio das contradições da questão
urbana hoje no país.
A gama de direitos sociais e traba-
lhistas previstos não nos inferioriza em
relação a qualquer uma das nações
desenvolvidas do mundo ocidental.
Meio como se a "oitava economia"
estivesse querendo também realizar a
parte social dos demais integrantes
desse seleto clube de nações, apesar
das diferenças sociais tão graves. O
combate à pobreza absoluta passa a ser
um dos objetivos nacionais permanen-
tes e a Constituição dá referências de
caminhos e meios.

Na Ordem Económica, são manti-
dos os pilares do atual tipo de socieda-
de: a propriedade, a livre empresa e
outras regras. O Brasil urbano não
analisou bem os seus problemas e
sequer olhou com mais cuidado para o
campo. Por enquanto, nesse assunto,
fica como está, não existem mudanças
importantes. E até para definir empre-
sa nacional tem havido muita confu-
são; no atual texto, é aquela cujos
proprietários majoritários, pessoas físi-
cas ou jurídicas, tenham domicílio no
país.
Um lado pouco lido desse conjun-
to de esboços para um projeto de
Constituição, e a leitura tem sido pe-
quena de tudo o que a Constituinte
tem feito, é aquele que se refere à
redescoberta do Brasil como Nação
pluriética, multirracial, saltando fora
do padrão cultural definido. Aqui os
constituintes têm ido fundo na ques-
tão. As culturas indígenas e negra são
recuperadas, a História oficial brasilei-
ra não mais será apenas a de saga do
português, mas a de todos os povos
que compuseram sua etnia. Direitos
dos negros, dos índios, das mulheres,
das minorias étnicas, dos deficientes,
são contemplados de forma interessan-
te. É uma visão nova que enfrenta
durante a discriminação e que prevê o
Poder Público desenvolvendo progra-
mas compensatórios e de preferência
àqueles que sofreram marginalização
ou preterição.

Enfim, nas pugnas duras de sema-
nas de trabalho, o novo ainda sobrevi-
ve. Derrotas e vitórias são compatibili-
zadas para cada grupo de pensamento.
Por enquanto, não se buscou ainda a
Constituição dos 130 milhões de brasi-
leiros, mas uma afirmação de diferen-
ças — algumas fundamentais, outras
de detalhe. O clima pesado do último
fim de semana precisa ser desfeito.

João Gilberto Lucas Coelho, 42 anos, advoga-
do especializado em Direito Constitucional e
ex-deputado federal, é diretor do Centro de
Estudos de Acompanhamento da Constituinte,
entidade da Universisdade de Brasília.

Cabral acha que há

gente "brincando de

fazer Constituição9

'

BELO HORIZONTE — O relator da Comissão de ~
Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), disse 1
em Belo Horizonte, numa conferência para juízes e
desembargadores, que "a Constituição não será ideal
porque há constituintes que estão brincando de fazer
Constituição". Cabral acha que a Carta deveria ter no
máximo 200 artigos, contendo "apenas o essencial",
sem contemplar "o exagero dos extremos".

As grandes questões polémicas, acrescentou, se-
rão decididas no plenário, para onde o projeto elabora-
do por sua comissão deverá ser remetido em 40 dias.
No entanto, disse, "são. várias as contradições nos
relatórios das oito comissões". Para Cabral, "houve até
mesmo retrocesso no caso da reforma agrária, pois

È

recisaríamos avançar um pouco e ficamos aquém do
statuto da Terra".

De acordo com o deputado, chegou o momento,
no Brasil, "de pensarmos que a função social da
propriedade deve ser encarada com realidade". Ele
considera porém que houve avanços na área social, e
assegura que todas as conquistas serão garantidas até
sua ida ao plenário.

Na Sistematização,
equilíbrio de forças 7
Com 22 dos 93 membros da Comissão de Sistematiza^|
ção da Constituinte, o centro vai determinar, mais uma
vez, se o anteprojeto de Constituição a ser ali aprovado
terá um caráter conservador ou progressista: isso porque
os dois grupos têm quase o mesmo número de represén-
tantes — 36 e 35, respectivamente. Como admitiu o relator
adjunto, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), para onde
o centro pender estará a vitória, e vai depender de
competência a negociação para uma Constituição com
avanços na ordem económica.
Jobim disse que o Estatuto da Terra, aprovado em
1965, durante o governo do marechal Castelo Branco, fica
à esquerda do projeto votado, no sbado passado, pela
Comissão da Ordem Económica. Segundo ele, a esquerda
terá agora que negociar com o centro um projeto de ordem
económica que modifique essa situação.
Será uma "guerra das estrelas na Comissão de
Sistematização, pois cada partido reservou os seus pesos-
pesados políticos para essas cadeiras. Pelos conservadores,
ali têm assento figuras como o líder do governo na Câmara
dos Deputados , Carlos SanfAnna (PMDB-BA), o depu-
tado Prisco Vianna (PMDB-BA), o senador Afonso
Arinos (PFL-RJ), o deputado Arnaldo Prieto (PFL-RS), o
deputado José Lins (PFL-CE), que presidiu a Comissão da
Ordem Económica, o deputado Paulo Pimentel (PFL-
PR), ligado à UDR, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-
RJ) e o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA).
Já os progressistas contam com Fernando Henrique
Cardoso (PMDB-SP), José Paulo Bisol (PMDB-RS), autor
do relatório considerado o mais avançado das comissões,
José Serra (PMDB-SP), Nelson Jobim (PMDB-RS). Luís
Inácio Lula da Silva (PT-SP), Roberto Freire (PCB-PE) e
Haroldo Lima (PC do B-BA).

Estrelas — Mesmo imprensado nesse choque de
contrários, o centro conta também com suas estrelas, como
o senador José Richa (PMDB-PR), Bernardo Cabral
(PMDB-AM), Milton Reis (PMDB-MG), Alceni Guerra
(PFL-PR) e Darci Pozza (PDS-RS).
No centro, houve surpreendentes revelações. Alceni -
presidiu a Subcomissão das Minorias, que aprovou um texto
defendendo os índios e as minorias. Inconformado com isso,
o presidente da Bombril publicou um artigo na revista Veja,
dizendo que queria ser índio. A resposta de Alceni foi
fulminante: telegrafou ao empresário dizendo que queria
ser presidente da Bombril.
O deputado Darci Pozza presidiu a Subcomissão dos
Direitos Individuais, que aprovou um outro texto polémico,
no qual se proibia a discriminação por orientação sexual,
beneficiando os homossexuais.
Já o deputado Mário Assad foi quem presidiu a
Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da
Mulher, onde o PMDB temia sérios problemas por causa do
conteúdo inovador do parecer do senador José Paulo Bisol.
No fim, a votação foi uma das mais tranquilas nas comissões
do fim de semana.

Em alguns casos, conservadores e progressistas tam-.,.,i
bém se estenderam sem maiores
problemas. Foi o caso dos deputados
Oscar Corrêa (PFL-MG) e Egídio
Ferreira Lima (PMDB-PE), respec-
tivamente, presidente e relator da
Comissão da Organização dos Pode-
res. Os dois negociaram durante
todo o tempo de votação. O resulta-
do foi um mandato de cinco anos
para Sarney que, em compensação,
agora abre mão de boa parte de seus
poderes para um primeiro-ministro,
a partir de 15 de março do ano que
vem. Alceni Guerra

Arquivo 5/11/84

y Comissão restringe
debate a integrantes
Os 466 constituintes que não fazem parte da Comissão de
Sistematização estão impedidos de apresentar questões de
ordem e de participar dos debates. Terão direito apenas a um
discurso de três minutos sobre as propostas que entrarem ern
votação, de acordo com o regimento interno da comissão,
divulgado ontem. O presidente da Constituinte, deputado
Ulysses Guimarães,' em resposta a consulta do deputado José
Genoíno (PT-SP), havia dito, porém, que "qualquer consti-
tuinte pode levantar questão de ordem".
Segundo o líder do PT, deputado Luís Ignácio da Silva,
Lula, as restrições têm por finalidade agilizar os trabalhos da
Sistematização.adiando os debates para quando o projeto for
remetido ao plenário. Mas ele acha que a palavra de Ulysses
deve prevalecer sobre as normas da comissão.
Também o líder do PCB, deputado Roberto Freire, disse
que prefere ficar com a "palavra de Ulysses, mas a preocupa-
ção existe porque restringe os debates,'o que não é bom". O
mesmo pensa o vice-líder do PC do B, deputado Aldo
Arantes, que assinalou outra restrição no regimento: "a
discussão pode ser encerrada depois de seis oradores usarem a
palavra, três a favor e três contra, mesmo que um assunto não
seja suficientemente discutido".

Emendas populares — O regimento da Sistema-
tização prevê ainda o procedimento com relação às emendas
populares, que deverão ser subscritas por 30 mil eleitores, em
listas organizadas por. no mínimo, três entidades associativas.
As propostas de inciativa da sociedade só poderão ser
apresentadas daqui a 30 dias, quando o projeto de Constitui-
ção estiver sendo discutido em plenário.
Essas emendas serão tidas como oficialmente recebidas
48 horas depois de protocoladas, quando for feita análise por
amostragem da assinatura e dos dados que identifiquem um
percentual confiável de signatários. Um dos signatários, a ser
indicado quando a proposta for apresentada, poderá usar da
palavra para discuti-la por 20 minutos.